

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTÔNIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NAELI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 24ª Sessão (Extraordinária) — Realizada em 26 de Abril de 1972. (Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Domicio Scaramella, secretariada pelos srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

As 14 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aguinaldo Pereira Lima; Álvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Junior; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Candido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues; Santos Lima; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Maciel; Arthur de Souza; Igo Losso e Lázaro Dumont (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 32 srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 94-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 128-70, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas — o Poder Executivo instituirá anualmente, através da FUNDEPAR, o Concurso de Literatura do Paraná e dá outras providências. — Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

— Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã dia 27, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA,

Discussão Única — da Proposição n. 95-71.

Levanta-se a sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 25ª Sessão Ordinária — Realizada em 26 de Abril de 1972. (Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aguinaldo Pereira Lima; Álvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Junior; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Jr.; Santos Lima; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Maciel, Arthur de Souza, Igo Losso, Lázaro Dumont (4).

Verificada a existência de número legal o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO

Curitiba, 23 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Encaminhando a Vossa Excelência o expediente anexo, no qual a Prefeitura Municipal de Jataizinho, através de completa documentação, fundamenta e justifica alteração de suas divisas com o Município de Assaí, solicitando a retificação da Lei n. 780, de 14 de novembro de 1951.

Na oportunidade da confecção do mapa e do memorial descritivo do município, ocorreu, por um lapso, modificação na denominação e localização dos córregos que estabelecem as divisas entre os dois Municípios determinando redução da área pertencente à Jataizinho.

O fato acima referido motivou um acordo por escrito, entre os Prefeitos Municipais, na ocasião, Senhor Domingos Julião, de Assaí e Senhor Antonio Brandão de Oliveira, de Jataizinho, reconhecendo o engano e respeitando as divisas anteriores.

Até a presente data são os moradores da referida área, atendidos nos setores, educacional, viário e assistencial pelos recursos da Prefeitura de Jataizinho.

Confirmando a afirmativa acima foram construídas pelo Município de Jataizinho, de 1965, até a presente data, 6 seis salas de aula sala de professores, residência de professor e instalação elétrica, atendidas por professores municipais.

No recenseamento geral de 1970, não foi o acordo entre os Municípios, reconhecido, determinando discriminação dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios para Jataizinho.

Os imóveis situados nessa área, estão cadastrados no INCRA, como pertencentes ao referido Município.

São essas as razões, Senhor Presidente, que determinaram a formação do incluso processo, cujo encaminhamento e trâmite regimental ora solicitamos a Vossa Excelência.

Atenciosamente

(a) — Xenofonte Villanueva.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 291-71.

— De autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 274-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a Reinclusão na Ordem do Dia, para a próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 211-71.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Leopoldo Jacomel.

Requerimento

Senhor Presidente:

Pelo transcurso de mais um aniversário do Colégio Militar de Curitiba, o Deputado abaixo assinado, requer, após ouvido o Plenário um voto de regozijo, solicitando que do ato seja comunicado ao seu Ilustre Comandante Cel. Washington Bermudes.

É realmente motivo de grande satisfação o acontecimento. Ali está, no silêncio modesto, uma vibrante escola de civismo, formando no sentido completo do termo, os soldados discípulos de Caxias para o Exército Nacional. Os que por qualquer modo não chegam ao seu objetivo inicial, vão para a vida civil, com mentalidade bem formado, servir a Pátria, nas mais diferentes atividades.

A satisfação enorme dos pais que possuem filhos no Colégio Militar, é motivo de mais união e de melhor entendimento entre civis e militares para as grandes marchas do porvir da Pátria Brasileira.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

Pelo transcurso do Dia Nacional do Contabilista, em data de ontem, o Deputado abaixo requer, após ouvido o Plenário um voto de regozio solicitando a fim de que fique registrado o apreço da representação popular paranaense a essa nobre classe.

O contabilista moderno não é apenas um técnico que garante a organização das empresas, mas é o elo de ligação mais perfeito entre o Fisco e o Contribuinte, do que resulta como a hematose a renovação constante do sangue em forma de recursos para o progresso da Nação.

É, ainda, o traço de união entre empregado e patrão, para que a perfeita harmonia entre ambos reine incentivando o trabalho de um lado e a compreensão humana de outro.

Disseminados por todo o mapa da Pátria até mesmo nos mais longínquos distritos ilhados no sertão, onde exista uma empresa de qualquer porte, o contabilista é o pioneiro dos que possuem diploma de habilitação e cultura técnica e humana, enfrentando vicissitudes, ensinando a uns, explicando a outros orientando a todos para que seus irmãos menos esclarecidos, tenham uma visão melhor das coisas, dos seus direitos e dos seus deveres também.

Pede-se que deste ato se dê conhecimento ao Conselho Regional de Contabilidade nesta Capital, e aos Sindicatos de contabilistas de Curitiba e de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

a) — Antonio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina" pelo transcurso de seu 4.º aniversário de fundação.

Criada pelo espírito irrequeto e bandeirante de São Milanez, a Folha de Londrina se constitui, hoje, em veículo de comunicação que eleva o nosso Estado entre as maiores unidades da Federação no setor do jornalismo. Vibrante, tecnicamente excelente em sua apresentação, este matutino paranaense leva suas notícias a todos os cantos de nosso Estado, assim como a Santa Catarina e São Paulo.

A sua equipe redacional, tão bem dirigida por Valmor Macarini, é uma das melhores do jornalismo brasileiro. A ela, deve a Assembléia Legislativa do Paraná, o êxito como Instituição democrática e a serviço do Povo, levando a todas as camadas de nossa população as informações relativas a seu trabalho legislativo.

Por ser como é, um jornal a serviço da coletividade, comunicando com imparcialidade as grandes reivindicações e realizações de nosso Estado, é que nos faz festejar, juntamente com João Milanez e seus companheiros da "Folha de Londrina", o feliz acontecimento que ora pedimos registro.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Antonio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa que depois de ouvido o Plenário, seja endereçado ao Exmo. Sr. Gal. Mário Carneiro Portes, DD. Secretário da Segurança Pública, apelo no sentido de que a Delegacia de Polícia de Umuarama seja equipada com duas viaturas novas.

A medida aqui pretendida justifica-se inteiramente, porquanto o Município de Umuarama, com 116 mil habitantes, não possui em sua Delegacia de Polícia nenhuma viatura, estando sem condições de atender as ocorrências policiais nos diversos pontos desse vasto Município.

Essa, portanto, a razão que motiva e justifica a reivindicação aqui formulada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Marciano Baraniuk

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Schulmann, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de que libere a verba de Cr\$ 330,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros), referente à cota cabível ao Município de Londrina na taxa do Fundo Rodoviário Nacional do 1.º semestre de 1970.

A liberação da referida verba permitirá que a mesma seja destinada à aquisição pela Secretaria de Segurança Pública, de 12 (doze) veículos que farão parte da Rádio Patrulha de Londrina, a ser criada.

A providência por parte da Secretaria da Fazenda vem sendo reivindicada por todos os setores da vida pública de Londrina, principalmente pela Câmara Municipal, em razão do aumento das ocorrências policiais e o número elevado de assaltos a mão armada ali registrados, que vem intranquilizando a população daquela comuna. Daí o entendimento de que, com a criação da referida Rádio Patrulha, seria sanada uma parte das deficiências policiais

em um Município que congrega mais de 280 mil pessoas e para o qual convergem muitos marginais de outros Estados.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

Requerimento

(a) — Alvaro Dias.

Senhor Presidente:

Considerando:

1. que, ao final de 1970, prestes a sua inauguração, boa parte das instalações do Teatro Guaíra foram destruídas por incêndio;

2. Que, deste fato em diante nenhuma providência foi adotada pelo Governo do Estado no sentido de reparar os danos e concluir a obra;

3. Que, em consequência deste dia a dia os prejuízos aumentam, notadamente porque infiltrações de água estão abalando suas estruturas;

4. Independentemente o citado no item 3, uma série de acessórios já adquiridos para o Teatro Guaíra estão a mercê do tempo, destacando-se o valiosíssimo "Palco Giratório", abandonado no Porto de Paranaguá;

5. Que, por outro lado, além dos sérios prejuízos materiais a demora na conclusão das obras do Teatro Guaíra representa um entrave de grandes proporções ao desenvolvimento da arte e da cultura do povo paranaense, requeira à Mesa, regimentalmente, oficie-se o Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando que S. Exa. se digne determinar as medidas necessárias para a rápida reconstrução e conclusão do Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados adiante assinados Requerem na forma regimental, registro na Ata dos trabalhos de hoje, Votos de Aplausos ao Exmo. Senhor Professor Guido Arzua, Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Graças a dinâmica e incansável atuação do Professor Guido Arzua, assim como os demais conselheiros daquele órgão, o Conselho Estadual de Educação do Paraná é um verdadeiro exemplo de trabalho, ordem e disciplina, projetando destarte o nosso estado perante os demais Estados da Federação.

Recentemente, o Exmo. Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza assinou decreto, atendendo proposta do professor Guido Arzua, dividindo o Conselho em quatro Câmaras de Ensino: — Fundamental, Médico, Supletivo e Superior, além de outras providências.

Requerem, outrossim, após ouvir o Plenário e aprovação deste, se oficie ao Exmo. sr. Professor Guido Arzua e Exmo. Sr. Governador do Estado, cumprimentando-os.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Paulo Poli,

Ovidio Franzoni, Jorge Sato, Aguinaldo Pereira Lima.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, indico à Mesa, para compor as Comissões de Turismo e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Deputado Xenofonte Villanueva, em decorrência da renúncia do Deputado Gilberto Carvalho.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — João Mansur.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 39-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR" com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) — Fabiano Braga Cortes

JUSTIFICATIVA

A Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico é a única entidade no genero militando no Brasil e a mais completa de que se tem notícia em todo o mundo, pois atua nos setores da prevenção, educação, repressão e recuperação de toxicomanos com recursos próprios, e está organizada para arcar com a responsabilidade de enfrentar o problema da toxicomanias em todo o Paraná.

Nosso objetivo ao apresentarmos o presente plano de lei é o de possibilitar a "LICOPAR" melhor penetração e melhor receptividade nos meios que exercerá suas ações.

Será por demais óbvio, qualquer argumento no sentido de demonstrar o real e concreto serviço de utilidade pública que a entidade vem desenvolvendo.

Por essas razões, estamos certos que o projeto receberá o apoio e a aprovação dos meus Nobres Pares com assento nesta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Mesa registra com grande satisfação a presença em Plenário do Deputado Alencar Furtado, que tão bem representa este Estado no Congresso Federal.

Concedo a palavra aos sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por informações que obtive há poucos instantes com o sr. Líder do Governo nesta Casa, é com muita tristeza que vejo que se consumou o esbulho contra o funcionalismo público, esbulho que, lamentavelmente partiu de um governo. Partindo de um governo institucionalizado nós não podemos admitir em sã consciência que se cometa esse crime, dando-se apenas 12% de abono, que incide somente sobre seus vencimentos, prejudicando o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas, que também não estando mais vinculado ao Poder Judiciário não vai mais receber nem esse abono de 12%.

Infelizmente o Governo mostrou-se insensível à reação partida desta Casa, não só deste Deputado, que é independente, porque está aqui com o voto do povo mas também de boa parte da bancada da ARENA que sabemos não está conforme com a Mensagem Governamental, e a Bancada do MDB

que, como não podia deixar de ser, reagiu violentamente contra a Mensagem do Governo. Mas, infelizmente sabemos que contra a força não há resistência. A única resistência é a que a vamos oferecer no dia da votação da Mensagem. Vou votar contra ela porque não compactuo com bandalheira e, para mim, a Mensagem do Governo, que esta Casa vai apreciar é uma bandalheira que se cometeu contra o funcionalismo público. Sem revisão orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente passamos para o Grande Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na última segunda-feira apresentamos requerimento dirigido ao Sr. Diretor da Fundepar e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura pedindo providências urgentes para que fosse dado condições do funcionamento ao Grupo Escolar existente no Bairro do Pinheirinho, em Curitiba, uma vez que aproximadamente quinhentas crianças residentes naquele local, estavam sem oportunidade de frequentar o Curso Primário.

Ontem, recebemos telefonema que muito nos honrou, não em termos pessoais, mas em termos de respeito a esta Casa do sr. Diretor da Fundepar informando que, mediante Convênio firmado com o Município de Curitiba, o referido Grupo Escolar deverá ser aberto ainda na próxima semana. O Estado fornecerá o prédio para o funcionamento do Grupo e o município de Curitiba fornecerá as professoras.

Mas, srs. Deputados, o que nos traz à Tribuna é para salientarmos um fato bastante desagradável, um fato onde se vê a omissão do Governo do Estado desde o final de 1970.

O Teatro Guaíra cuja construção foi iniciada pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha, deveria ser inaugurado, em razão de sua conclusão, em 1970 pelo então Governador Paulo Pimentel. Infelizmente um incêndio destruiu as instalações do Teatro Guaíra e de 1970 para cá nada foi feito, nenhuma providência foi adotada pelos governos no sentido de se recuperar o prédio dos estragos do incêndio. Nenhuma medida foi adotada. Como todos sabem o Rio Tibagi passa por baixo do Teatro Guaíra. É preciso reparar as fundações que se encontram abaladas; além do mais os utensílios do Teatro estão se estragando, principalmente o Palco Giratório, um dos mais modernos do mundo, cujas peças encostram-se abandonadas no Porto de Paranaguá.

A paralisação das obras do Teatro Guaíra representa um entrave ao desenvolvimento cultural e artístico do povo paranaense. Esta semana vem a Curitiba a Orquestra Sinfônica da França, infelizmente não existe um local, à altura no Paraná, onde esta Orquestra possa se apresentar. Isto se deve pela omissão de nossos Governos que não adotaram medidas necessárias para a recuperação, reconstrução e conclusão das obras do Teatro Guaíra.

Neste sentido endereçamos apelo ao Governo que, temos certeza, irá se sensibilizar com fatos narrados e adotará as providências necessárias para a rápida e urgente conclusão das obras do Teatro Guaíra que é, sem dúvida alguma, o lugar da cultura do povo paranaense.

O sr. Antonio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Quero louvar a atitude de V. Exa. no instante em que vem à Tribuna para tratar de um problema tão importante como é o da cultura.

Realmente, sr. Deputado Mauricio Fruet, precisamos cuidar da cultura do povo e o Teatro Guaíra faz parte desta cultura.

Nesta oportunidade, quero fazer dois registros.

O primeiro é o de louvar a atitude do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Netto que, naquela época em meio as maiores dificuldades, se preocupou em importar asfalto e cimento do estrangeiro. Esse homem se preocupou com o futuro do Paraná, pensou em tudo o que precisava o Paraná e programou os dias presentes do nosso Estado. Esse homem deu início às grandes obras de estrutura e infra-estrutura como a própria COPEL; em segundo lugar, o ex-Governador Paulo Pimentel, que também soube enfrentar com real otimismo os problemas do seu Governo e, outra é a construção dessa obra magnífica que é o Teatro Guaíra — infelizmente, devido ao incêndio, não foi possível realizar o seu sonho e o sonho do grande Governador Bento Munhoz da Rocha.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa.

Deve ser louvado, desta Tribuna, o início dos trabalhos e a programação do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha como também, conforme já louvaram o trabalho e o esforço desenvolvido pelo então Governador Paulo Pimentel, no sentido de providenciar a conclusão e a consequente inauguração do Teatro Guaíra, no ano do seu Governo ou durante o mandato exercido por Sua Excelência.

Portanto, ratifico o apelo ao atual Governador, para as providências necessárias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estou assumindo a Tribuna, para analisar com os Senhores, alguns detalhes, algumas minúcias sobre a Mensagem Governamental que concede aumento de vencimentos aos membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público, e que concede um abono ao funcionalismo público estadual.

Faço empenho de, nesta oportunidade, manifestar o que eu penso sobre a matéria e, realmente, tenho para comigo que o percentual apresentado pelo Poder Executivo, fixando, dando aumento como abono, em 12%, é irrisório. No entanto é preciso também se ponderar — segundo informações que nós temos — de que o Estado nesta oportunidade, não teria encaixe suficiente para suportar um aumento maior. Pois bem: a verdade é que nós estamos nos defrontando com algumas falhas nesta Mensagem; a primeira delas, quando não estende seja abono ou seja aumento, aos membros do Tribunal de Contas, Conselheiros, Auditores e Procuradores, e isto está ocorrendo porque, ao que parece, foi esquecido que o nosso Estado está sendo regido pela Emenda Constitucional n.º 3, desde o instante em que o Supremo Tribunal Federal cassou os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do nosso Estado.

Pois bem: nesta Emenda n.º 3, em vista de terem sido suprimidas as expressões "vencimento de direitos" que eram atribuídas aos Srs. Ministros do Tribunal de Contas, foi totalmente desvinculado. Não há, portanto, qualquer vinculação, hoje, entre vencimento do Poder Judiciário e vencimento do Tribunal de Contas. Portanto, quando a Lei não esclarece, não estende, o Tribunal de Contas não tem mais poder para se valer de um princípio constitucional, porque a Emenda n.º 3 cassou esse direito.

Resultado: Os membros do Tribunal de Contas não irão ter 12% de aumento. Se os membros do Tribunal de Contas entenderem que possam ter

tratamento na vala comum do termo como funcionários públicos, eles terão um abono de 12%.

O SR. ESTANISLAU RODRIGUES JÚNIOR — Gostaria de obter de V. Exa. um esclarecimento. Não estive acompanhando desde o início. V. Exa. percebe que trata do aumento do funcionalismo e da relação entre este aumento e o Tribunal de Contas. Não compreendi bem a conclusão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Se V. Exa. permitir, num segundo eu explicarei. No meu entendimento a Mensagem, da maneira como foi enviada, não alcança, não estende este aumento aos membros do Tribunal de Contas. Eles estão afastados, seja do aumento, seja do abono. Nesta hipótese, se eles se colocarem na vala comum do funcionalismo em geral, eles podem ter aumento, mas do modo como está escrita a Mensagem, o aumento não alcança aos membros do Tribunal de Contas. Se isto não ocorrer poderá esta Casa emendar. Pois bem. Não alcança aos membros do Tribunal de Contas, então poderia este Poder Legislativo, considerando que há uma falha na Mensagem de que não se justifica determinadas categorias receberem aumento e outras não, poderia este Poder apresentar uma Emenda: estendendo o aumento aos membros do Tribunal de Contas. Mas aí entendo, o erro seria muito maior e as consequências de maior importância, porque, segundo os dispositivos constitucionais, não podemos ter a iniciativa de leis que aumentem despesas do Estado. Restaria então, e é o caminho, se realmente é esta a vontade do Executivo, restaria um único caminho, ser encaminhada a esta Casa uma outra Mensagem com caráter aditivo estendendo este aumento aos membros do Tribunal de Contas. E se isto não ocorrer, repito, poderia esta Casa emendar, mas se o fizesse estaria incorrendo em erro maior porque daqui para a frente em qualquer emergência nós jamais poderíamos usar deste argumento nesta Tribuna ou mesmo em Comissões Técnicas para firmar princípio em sentido contrário de que este Projeto seria inconstitucional, porque a Assembleia não pode entrar em Projeto que diga respeito ao aumento de despesas. Seria um comportamento inexplicável e nada aconselhável no comportamento deste Poder. Não se precisa dizer aos Srs. está diminuída, cerceada, está cada vez menos compreendida e cada vez menos entendida.

O SR. JOÃO MANSUR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, posso informar a V. Exa. de que ontem deu entrada nesta Casa uma Mensagem, estendendo este benefício aos membros do Tribunal de Contas. Ela já foi protocolada. Acredito que em poucos dias chegará às mãos do Relator e do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça esta nova Mensagem, corrigindo a falha que houve quando deixaram de incluir os membros do Tribunal de Contas.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço ao nobre Deputado João Mansur, mas quero adiantar que, há meia hora, eu conversava com o Deputado, relator da matéria, que me disse então que hoje, tão logo terminasse a sessão na reunião da CCJ, ele iria apresentar o seu Parecer sobre esta Mensagem. Porém, me informou S. Exa. que ainda não havia recebido esta Mensagem.

O Sr. João Mansur — Acabei de informar ao nobre Deputado Ovídio Franzoni, relator da matéria, de que a Mensagem já se encontra na Casa, e foi protocolada ontem.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Pediria então, que fizesse chegar às mãos do Deputado relator, para que ainda hoje, fosse possível a CDJ apreciar a Mensagem no seu todo, inclusive, esta Mensagem de caráter aditivo atingisse aqueles funcionários todos, para que o abono pudesse tramitar com maior rapidez, porque se esta matéria não for aprovada hoje, somente o será na próxima quarta-feira.

Mas, continuando na minha exposição, já que o problema é relacionado com o Tribunal de Contas, mas ao que parece já está solucionado, a Mensagem, apresenta um aspecto curioso, dá 12% de aumento aos membros do Poder Judiciário e aos membros do Ministério Público. Com relação ao funcionalismo público em geral, o aumento de vencimentos não está calculado sobre as importâncias percebidas pelo funcionário, então, na realidade, o aumento não é bem de 12%, porque ele deveria incidir também sobre quinquênios, vantagens e outros benefícios que o assalariado recebe. A Mensagem dá somente um abono de emergência de 12%, incidindo sobre os vencimentos básicos, não alcançando portanto, aquelas vantagens e aqueles subsídios. Não deixa de ser um tratamento desigual, não deixa de ser um tratamento discriminatório. Entendo, no meu ponto de vista pessoal, que a Assembleia poderia corrigir de duas formas. Seja, apresentando uma emenda transformando tudo em aumento, ou então, todos teriam um abono; seria outra forma. Pois bem, a Assembleia todavia, não tem poderes constitucionais para transformar o abono em aumento, porque isso, acarretaria um aumento de despesas, e nós não poderíamos legislar...

(O orador é interrompido pelo Sr. Presidente)

O SR. PRESIDENTE — Esta Mesa tem o grato prazer de acusar o recebimento nesta Casa de ilustres visitantes: do Sr. Consul Geral dos Estados Unidos da América do Norte, para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, sr. Frederic Chapin e sr. William Graves, adido cultural dos Estados Unidos no Paraná; e o jornalista Julho Netto, do USIS de Curitiba.

Neste momento, suspendo a Sessão por 5 minutos para que os visitantes recebam os cumprimentos dos Srs. Deputados.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rememorando aquilo que eu vinha expondo desta Tribuna, pretendo repisar como continuidade de raciocínio posterior, o seguinte: a Mensagem de aumento do Tribunal de Justiça e membros do Ministério Público, no valor de 12% e para o funcionalismo público do Estado em geral, 12% de abono.

Disse, e reafirmo, nós estamos nos defrontando com algo assim discriminatório, tratamento desigual entre todos aqueles que percebem dos cofres públicos. Dos caminhos poderiam ser tomados para corrigir esse episódio. Um, seria a Assembleia emendar, no sentido de se estender o aumento também aos funcionários públicos e outro caminho, também emendendo, no sentido de converter o aumento dado aos membros do Tribunal de Justiça, e Ministério Público, em abono.

Ocorre, todavia, que a Assembleia Legislativa, que os Deputados estaduais não dispõem de força, nem de poder, nem de competência para apresentarem projetos ou emendas que impliquem em aumento de despesa. Daí porque estarão os Deputados impedidos de apresentar emendas transformando o abono em aumento. Mas, poderia perfeitamente apresentar uma emenda no sentido inverso. E assim fazendo, dando um caráter geral, um tratamento só a todos aqueles que percebem dos cofres públicos. Dar-se-ia, então, um abono em caráter geral a todos. É verdade que não muito longe, logo, imediatamente nós iríamos, nós não, mas os cofres públicos, as altas esferas do Governo, iriam se defrontar com um problema de ordem constitucional, porque uma vez concedido o abono aos membros do Poder Judiciário e uma

vez esse abono incorporado, jamais poderia ser tirado, jamais poderia ser excluído, como ocorre com o abono que é de emergência e provisório. Porque os vencimentos dos membros do Poder Judiciário, face dispositivo da Constituição são irredutíveis, não podem sofrer qualquer diminuição desde que incorporados. Então, se amanhã ou depois ou quando o Governo para cá enviasse uma nova mensagem cuidando de aumento, aquela importância referente ao aumento que se desse ao Tribunal, já estaria incorporada e a garantia constitucional haveria sempre de prevalecer.

Ora, então entendo que o Governo do Paraná, que o Poder Executivo, que o Sr. Governador não deveria receber o onus que hoje lhe é atribuído, que hoje lhe é dado, de que está discriminando. De forma alguma, deveria recair sobre os ombros de S. Exa. Este lado está sendo recebido com certa antipatia pela opinião pública porque se está dando aumento para uns e abono para outros.

Não é justo que se queira mesmo atribuir isto ao Sr. Governador, transformando tudo em Abono. Se o Tribunal de Justiça entender que deve incorporar isto aos vencimentos e daí para diante não poderá ser redutível, isto é problema do Tribunal. Cabe a ele tomar ou não esta medida, incorporar ou não o abono que se lhe fosse concedido. Não deveria partir nunca do Poder Executivo, poderia, isto sim, partir de um ato isolado do Poder Judiciário. É isto que entendo e que penso.

Verificamos já que esse lapso ocorrido com o Tribunal de Contas foi corrigido agora mediante a Mensagem aditiva que aqui chegou. Também se dá aos membros desse Tribunal, Conselheiros, Procuradores e Auditores o aumento de 12%. Mas, esta outra falha, no meu entender, de se discriminar, de se tratar uma categoria de uma forma e a outra de outra, esta não está sanada.

A Mensagem vai ser encaminhada para exame, para debate e para votação desta forma diferente — os funcionários irão receber Abono, os membros do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas irão receber aumento. Esta é uma maneira de tratamento desigual e antipático. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 22a. SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 7a. LEGISLATURA PERÍODO DE 3 DE ABRIL A 30 DE NOVEMBRO DE 1972 17a. SESSÃO

ORDEM DO DIA

Para o dia 26 de abril de 1972

1) — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 258/71, que acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 9-8-71, o Parágrafo que especifica. — Aprovado.

2) — 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222/70, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em São Jerônimo da Serra. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3) — 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259/71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

4) — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 87/71 — que aprova Convênio celebrado em outubro de 1970 entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, com finalidade de executar o Policiamento e Fiscalização do Trânsito de Plantas "CITRUS", e afins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

5) — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede e foro na cidade de Antonina. — Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

6) — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280/71, de autoria do Dep. Maurício Fruct e outros, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao DOUTOR GOTTARDO BOTARELLI. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 258/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único — O disposto na parte inicial deste artigo aplica-se aos servidores do D.R.I., aposentados anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20.71

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado a 1.º de outubro de 1970, entre o Estado e o Ministério da Agricultura com a finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "cítrus" e afins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de novembro de 1971

(aa) Muggiati Filho — Presidente

Armando Queiroz — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 87-71

PARECER

O Poder Executivo, pela Mensagem n.º 42.71, submete ao crivo deste Poder os termos do Convênio celebrado a 1.º de outubro de 1971, entre o

Estado e o Ministério da Agricultura, tendo por finalidade a concretização de medidas previstas ao Projeto de Combate ao Câncer Cítrico.

Referido Convênio estabeleceu-se nos termos do art. 47 — X, da Constituição Estadual e a competência revisora do Legislativo emana do VII, do art. 22, do mesmo Estatuto.

Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a matéria é escoreita. Opino pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1971

(ca) Muggiati Filho — Presidente (em exercício)

Armando Queiroz — Relator

Borsari Netto

Cândido Martins de Oliveira

Odilon Reinhardt

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20-71

MENSAGEM 42-71

Curitiba, 22 de outubro de 1971

PROPOSIÇÃO N.º 87-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução, pelo Governo do Estado, das atividades de fiscalização e policiamento, no Território do Estado, do trânsito de plantas "cítrus" e afins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

PROJETO DE LEI N.º 193-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede e foro na cidade de Antonina.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971

(a) Dep. Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

A Assistência, Proteção e Amparo às Meninas pobres de Antonina, é uma entidade assistencial que vem já dois anos prestando grandes serviços no campo de assistência naquele Município.

Sendo uma entidade sem fins lucrativos, e que visa tão somente proporcionar às meninas pobres daquele Município melhores condições de sobrevivência e educação.

Para melhor justificar o presente plano de lei, anexamos cópia dos estatutos sociais, devidamente registrado no Registro de Títulos e Documentos — 1.º Ofício, bem como atestado da Prefeitura Municipal de Antonina.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 193.71

AUTOR: — Dep. Maurício Fruct

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

PARECER

I — O Projeto vem articulado e justificado, atendendo, desta forma, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

II — O respectivo processo está devidamente instruído, donde se conclui: a) que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública está em funcionamento há mais de um (1) ano; b) que tem seu estatuto social registrado no cartório das Pessoas Jurídicas, da comarca de Antonina; c) que presta, de forma desinteressada, serviços à coletividade; e d) que seus dirigentes não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração, preenchendo, assim todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública.

III — Por outro lado, referida Proposição não fere qualquer princípio constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Em face de tais considerações, somos pela sua aprovação, atendido, porém, o substitutivo anexo, para atender a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de outubro de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Emílio Carazzai —

Acyr José — Igo Losso

SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI N.º 193.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de outubro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Igo Losso — Acyr José — Emílio Carazzai — Gilberto Carvalho

PROJETO DE LEI N.º 280-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Gottardo Bottarelli.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971

(aa) **Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Wilson Fortes — Eronidy Silvério — Gilberto Carvalho — Francisco Escorsin — Demício Scaramella — Igo Losso — Sebastião R. Júnior — Pinto Dias — Fabiano B. Cortes — Antônio Maciel — Odilon Reinhardt — Santos Lima — Antônio L. Júnior — Acyr José — João Mansur — Fuad Nacli — Leopoldo Jacomel — Basile Zanusso — Gabriel Manoel — Borsari Netto — Ivo Thomazoni — Paulo Poli — Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Jorge Sato — Marciano Baraniuk — Xenofonte Villanueva — Paulo Camargo — Muggiati Filho — Antônio Franco — Nelson Buffara e Rosário Pitelli.**

JUSTIFICATIVA:

Consul Geral em Curitiba desde novembro de 1967, o Doutor Gottardo Bottarelli, tem realizado intenso trabalho no sentido da aproximação sócio-econômico-cultural entre a Itália e o Brasil. Detentor do título de cidadão de Curitiba, pelo muito que tem feito pelo desenvolvimento e progresso de nossa Capital, o Doutor Bottarelli, desde sua indicação para representar a nação italiana em nosso Estado, além de entrosar-se perfeitamente em todos os círculos sociais do Paraná, vem, seguidamente, promovendo intercâmbio cultural e comercial da Itália com o nosso Estado, com excelentes rendimentos para o nosso povo.

Tenente General do Corpo de Engenheiros Navais (Reserva) e Engenheiro Naval Mecânico, o Doutor Gottardo Bottarelli nasceu em S. Benedetto Val di Sambro (Bolonha) no dia 10 de março de 1902. Entrou na Academia Naval no ano de 1916. Participou da 1.ª Guerra Mundial a bordo de Navios escolas e torpedeiros (1917 e 1918). Saiu com o grau de 2.º Tenente no ano de 1922 e formou-se Doutor Engenheiro Naval e mecânico na Escola Superior de Engenharia Naval de Gênova com o máximo das notas (100/100).

Embarcou em navios de linha, cruzadores, caça-torpedeiros e submarinos pela duração total de 15 anos.

Participou da 2.ª Guerra Mundial a bordo do navio cruzador "Muzio Attendolo", ganhando a medalha de bronze ao Valor Militar. Logo depois do armistício (8 de setembro de 1943) participou, entre os primeiros, à Resistência, com o nome de guerra "Bassi", combatendo a guerrilha os nazifascistas até a vitória das armas aliadas. Os oficiais da Formação Santa Barbara por ele fundada, ofereceram-lhe a bandeira da Formação com um pergaminho que traz escrito: "Ao Comandante Bassi (Gottardo Bottarelli) o homem mais digno de conservar a bandeira que todos nós temos no coração".

Volto à Marinha em setembro de 1945 foi destinado ao Ministério, à Direção Geral do Pessoal, ao Departamento de Tratados, foi Vice-Diretor do Arsenal de Taranto e Diretor do Arsenal de Nápoles.

Foi destinado ainda ao Ministério onde dirigiu o serviço de abastecimento, combustíveis e carburantes da Marinha; projetou os terminais das instalações e depósitos carburantes da NATO na Itália.

Deixou o serviço no ano de 1960 com o Grau de Major General do Genê Naval e foi promovido ao grau de Tenente General.

Foi nomeado Consul Geral em Curitiba em novembro de 1967.

Entre as obras que escreveu, vamos citar a "História Diplomática da Soberana Militar Ordem de São João de Jerusalém apelidado de Malta" (edi. Bocca Milão 1940), "A eletrização estática dos carburantes como causa da explosão dos depósitos" (Tipografia do Ministério Defesa — Marinha 1959, em italiano e inglês para os oficiais e os técnicos da NATO). Esta última obra valeu-lhe a medalha de prata de 1.ª classe por trabalhos úteis ao progresso científico e à Marinha.

É detentor das condecorações da Grã Cruz da Soberana Militar Ordem de Malta, Comendador na Ordem ao Mérito da República Italiana, Comendador na Ordem ao Mérito Militar da Ordem de Malta, Cavaleiro Oficial na Ordem da Coroa da Itália, Medalha Mauriciana por 10 lustros de serviços militares, Medalha de bronze ao Valor Militar, Três cruces de guerra Voluntário de guerra, Campanhas de guerra no ano de 1917-1918 e 1940-43, Guerra da Libertação no ano de 1943-45, Medalha de longa navegação, Distintivo de longa navegação de guerra, distintivo de partição combatente no dia 9 de setembro de 1943 até o dia 25 de abril de 1945.

Durante uma Campanha a bordo do navio exposição "Itália" no ano de 1924-25, alcançou os portos brasileiros de Pará (Belém), Pernambuco, Santos e Rio de Janeiro. A saúde do Brasil permaneceu-lhe tanto no coração que, chamado a desempenhar um encargo consular, entre vários países que lhe ofereceram quis escolher o Brasil.

O exemplo que nos é oferecido pelo Doutor Gottardo Bottarelli para a maior aproximação entre os dois países, é, por si só, merecedor da honraria cuja outorga hoje estamos propondo. A nossa maneira de agradecer o seu trabalho e sua amizade pelo Paraná é essa, unamos ele cada vez mais ao nosso povo, transformando-o em um de nós, um Cidadão Honorário do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 280-71

Autor: — Deputado Maurício Fruet.

Súmula: — Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Gottardo Bottarelli.

PARECER

O nobre Deputado Maurício Fruet, quer conceder o título de cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Gottardo Bottarelli, representante consular da nação italiana no Estado do Paraná.

O autor da proposição discorre longamente sobre a personalidade do Consul Bottarelli, historiando a sua participação como militar nas duas Guerras Mundiais e como técnico a colaboração prestada à NATO na Itália.

Como contribuição cultural, científica, artística e literária, cita o autor da proposição, várias obras entre as quais "A Eletrização Estática dos Carburantes como causa de explosão dos depósitos", obra que lhe valeu a Medalha de prata de 1.ª Classe por trabalhos úteis ao progresso científico e à Marinha.

Enumera o nobre autor do projeto, as várias condecorações que é detentor do Consul Bottarelli.

Pelo intenso trabalho no sentido de aproximação social, econômica e cultural entre a Itália e o Brasil, é o Consul merecedor da proposta.

E por julgar o projeto em tela, oportuno e constitucionalmente válido, preenchendo todos os requisitos legais, opino pela sua aprovação.

É o Parecer, S.M.J..

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

(aa) **Armando Queiroz — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Emílio Carazzai — Ovídio Franzoni — Santos Lima**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 274-71. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 291-71. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando reinclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 211-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Paulo Poli, Ovídio Franzoni, Jorge Sato e Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado votos de aplausos ao Sr. Professor Guido Arzuza, Presidente do Conselho Estadual de Educação. Em discussão.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, na qualidade de líder da ARENA, indicando o nome do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva para compor as comissões de Turismo e Obras Públicas, Transportes e Comunicações. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pelo transcurso de seu 24.º aniversário de fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido de que libere a verba referente à cota cabível ao Município de Londrina, na taxa do Fundo Rodoviário Nacional, do 1.º semestre de 1970. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao ilustre Comandante Cel. Washington Bermudes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do Dia Nacional do Contabilista. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enderegado apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que a Delegacia de Polícia de Umuarama seja equipada com duas viaturas novas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, no sentido de se digno determinar as medidas necessárias para a rápida reconstrução e conclusão do Teatro Guaira. — **Aprovado.**

Ofício de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, encaminhando documentação completa das alterações havidas nas divisas dos Municípios de Jataizinho e Assaí e solicitando outrossim, a retificação da Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951. Será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Foi aprovado pela Casa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Odilon Reinhardt e outros, solicitando a constituição de uma comissão de Srs. Deputados para representarem esta Casa, na reunião promovida pela Secretaria de Agricultura, na cidade de Cascavel. Ficam designados os seguintes Srs. Deputados: Odilon Reinhardt, Fuad Nacli e Nivaldo Krüger.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 211-71 e 259-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 193-71, 280-71 e Projeto de Resolução n.º 20-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 279-70 e 278-71.

Fica, também, designada para a sessão de sexta-feira, dia 28, às 10,00 horas. ORDEM DO DIA, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 56-70 — 115-70 — 170-70 — 14-71 — 45-71 — 65-71 — 95-71 — 129-71 — 158-71 — 203-71 — 221-71 — 234-71 e 281-71.

Levanta-se a sessão.